



Secretaria de
Infraestrutura

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Avenida Belmino Correia, 2.340, sala 26, Timbi, CEP 54.768-000, Camaragibe/PE
CNPJ 08.260.663/0001-57 / (081) 2129-9547/ 2129-9549 / seinfra@camaragibe.pe.gov.br

RESPOSTA TÉCNICA
PARECER LICITATÓRIO Nº 168/2024/PROGEM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 621/2024

CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE

1. DAS RAZÕES APRESENTADAS NO PARECER LICITATÓRIO

Me abstenho de relatar todas as razões apresentadas no bojo do Parecer Jurídico nº 168/2024/PROGEM, tendo em vista a peça encontrar-se disponível para acesso ao público.

2. DA ANÁLISE E RESPOSTA TÉCNICA

2.1 Item a “Uma vez que o estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º, do artigo nº 18, da Lei Federal nº 14.133/21, deverá ainda ser apresentado as demais justificativas para os incisos do §1º, do art. 18, não contemplados no Estudo Técnico Preliminar;”

Nos termos constantes no Estudo Técnico Preliminar, há cumprimento de todos os parâmetros estabelecidos nos incisos do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21, com eventual justificativa dos incisos desnecessários à contratação.

2.2 Item b “Apesar do item 7. do Estudo Técnico Preliminar a Justificativa para o Parcelamento da solução, orienta-se que seja emitida justificativa técnica para divisão dos lotes, atestando ainda a viabilidade geográfica/financeira da divisão apresentada, demonstrando a exequibilidade de execução dos projetos pelos grupos de ruas por lote;”

A justificativa solicitada encontra-se no item 7. do Estudo Técnico Preliminar, que trata da Justificativa para o parcelamento da solução, a fim de aumentar a competitividade ao certame.

2.3 Item c “No que tange a Minuta Contratual, apesar da Cláusula Nona dispor sobre as obrigações da contratada, orienta-se ainda que seja disposto sobre a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; bem como a obrigação de o

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Avenida Belmino Correia, 2.340, sala 26, Timbi, CEP 54.768-000, Camaragibe/PE
CNPJ 08.260.663/0001-57 / (081) 2129-9547/ 2129-9549 / seinfra@camaragibe.pe.gov.br
contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

Tal recomendação já foi cumprida, já que consta no 9.15 da Cláusula 9 da minuta contratual que a contratada manterá as condições de habilitação iguais as do momento da licitação, incluindo a reserva de ocupações para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência e para aprendiz, que nesses últimos casos a empresa já se dispõe a cumprir no momento de apresentação dos documentos de habilitação, por meio de Declaração exigida no Instrumento Convocatório.

2.4 Item d “Não obstante, deverá ainda ser disposto na Minuta do Contrato a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta (art. 92, II); o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, se for o caso, (art. 92, X); o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, se for o caso, (art. 92 XI)”

As indicações solicitadas encontram-se na minuta do Contrato Administrativo, mais especificamente nas cláusulas primeira e sétima.

2.5 Item e “Faz-se necessário que seja devidamente apresentado aos autos Nota de Reserva Orçamentária, para que posteriormente seja devidamente emitida Nota de Empenho, no valor suficiente para satisfazer a contratação ora pretendida anteriormente a formalização contratual”

Segue em anexo Nota de Bloqueio Orçamentário com o valor referente a despesa da contratação que se pretende realizar.

2.6 Item f e g “Deverá ainda ser emitido Declaração de Razoabilidade de Preços pelo setor competente, atestando que o o valor estimando na licitação em tela está de acordo com o praticado no mercado, além de informar a metodologia de formação de preços, bem como a conformidade das planilhas orçamentárias apresentadas; Orienta-se ainda que seja devidamente emitida Declaração de Responsabilidade sobre os quantitativos apresentados na planilha orçamentária, a ser subscrita pelo responsável técnico competente;”

Nos autos há Declaração de Razoabilidade dos preços pelo setor competente, bem como a Declaração de responsabilidade sobre os quantitativos apresentados na planilha orçamentária.

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Avenida Belmino Correia, 2.340, sala 26, Timbi, CEP 54.768-000, Camaragibe/PE
CNPJ 08.260.663/0001-57 / (081) 2129-9547/ 2129-9549 / seinfra@camaragibe.pe.gov.br

2.7 Item h “Ademais, em que pese a previsão de fiscalização e gestão do contrato estabelecida na cláusula décima primeira da Minuta Contratual, deverá ainda fazer constar nos autos do processo a Portaria de Designação dos Fiscais do Contrato Administrativo, bem como a Portaria de Designação dos servidores para atuar como Agente de Contratação e integrar Comissão de Contratação nos procedimentos de contratação regidos pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)”

Tal ato administrativo será realizado em momento posterior a assinatura do Contrato Administrativo, em cumprimento ao que dispõe a Lei 14.133/21. Ademais, cumpre salientar que na minuta do contrato será indicado gestor e fiscais para acompanhamento do desenvolvimento da obra, bem como do cumprimento das cláusulas do próprio contrato.

2.8 Item i “Deverá ainda ser devidamente disposto a Licença Ambiental prévia ou Autorização Ambiental emitida pelo órgão ambiental competente. Se não for necessário o licenciamento ambiental, acoste-se legislação que autoriza a sua dispensa, ou declaração do órgão ambiental competente atestando essa condição para o caso concreto;”

As licenças ambientais necessárias encontram-se nos autos.

2.9 Item j “É indispensável que seja formulada a respectiva justificativa para a previsão da exigência de qualificação técnico-profissional no Edital, disposto no item 9.3, e Projeto Básico, para que se demonstre sua adequação a eventual nível de complexidade dos serviços, evidenciando que os itens de serviços, e os respectivos quantitativos, referem-se às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviço de engenharia, com a indicação do percentual que o serviço representa no valor global da obra/serviço”

A justificativa para previsão de exigência de qualificação técnico profissional encontra-se no item 11 do Projeto Básico e em conformidade com os parâmetros estabelecidos em jurisprudência do Tribunal de Contas da União, sendo exigido a demonstração de percentual permitido.

2.10 Item k “Outrossim, pontua-se ainda que o processo em questão foi encaminhando a esta Procuradoria dispondo de algumas descontinuidade de folhas, dispondo o seguinte intervalo: 2175 – 2207. Neste sentido, a Minuta de Contrato acostada ao Edital



Secretaria de
Infraestrutura

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Avenida Belmino Correia, 2.340, sala 26, Timbi, CEP 54.768-000, Camaragibe/PE
CNPJ 08.260.663/0001-57 / (081) 2129-9547/ 2129-9549 / seinfra@camaragibe.pe.gov.br
foi encaminhada de forma incompleta, tendo sido analisada a Minuta de Contrato presente às fls. 109 – 137.”

Tal descontinuidade deve ser corrigida pela comissão composta pelos agentes de contratação responsáveis pelo andamento do processo, já que o envio dos arquivos pela Secretaria de Infraestrutura foi realizado de forma completa, com continuidade de folhas.

3. DA CONCLUSÃO

Após a análise realizada dos termos constantes do parecer referencial, encaminharemos Bloqueio Orçamentário, documento necessário a comporta o processo e justificamos os apontamentos realizados.

É a análise.

Cristiane Louise Guimarães de Santana
Arquiteta e Urbanista
CAU nº A25830-0
Mat.: 4.0102455.7